

Sindsep/MA participa de cerimônia de posse do Sintaspm/PR



O Sindsep/MA através dos diretores Raimundo Pereira (Presidente), Manoel Lages (Secretaria de Administração, Patrimônio e Finanças), e José Maria Amaral (Secretaria Regional de Pinheiro), participou no último dia 13, da Cerimônia de Posse da nova Direção do Sindicato dos Servidores Públicos de Pedro do Rosário (Sintaspm/PR), que aconteceu na sede da entidade, em Pedro do Rosário.

O evento teve início ainda pela manhã, com a realização de uma Mesa Ecumênica, em seguida houve a formação da Mesa Política Sindical e encerrar o ato, houve a Posse da Nova Diretoria, que contou com a participação de várias lideranças sindicais e autoridades políticas da região.

Todos os participantes comentaram em seus discursos as dificuldades que estão sendo postas para todos os trabalhadores, sejam eles públicos ou privados, que segundo eles, aumenta ainda mais a responsabilidade das entidades representativas, que devem cada vez mais serem combativas na busca pela manutenção de direi-

tos adquiridos com muita luta ao longo dos anos.

“Vamos continuar sendo um sindicato combativo e firme na defesa dos direitos dos trabalhadores públicos de Pedro do Rosário. Não vamos aceitar qualquer tipo de manobra que venha ameaçar o que conseguimos com muita luta, durante todo esse tempo de história do nosso sindicato. Temos uma história de luta e essa perspectiva vai continuar sendo uma realidade em Pedro do Rosário”, declarou Pedro Balbino, presidente do Sintaspm/PR.

Para Raimundo Pereira, é importante que as entidades estejam unidas neste momento complicado da conjuntura brasileira, por isso, é de grande valia que o Sindsep/MA venha a trabalhar todo esse processo de aproximação com as entidades sindicais, sejam elas representativas dos servidores públicos ou privados.

“O Sindsep/MA vem realizando esse trabalho de construção de uma unidade entre a classe trabalhadora, para que juntos, possamos pensar e agir as nossas estratégias contra todas as ações maléficas desse governo, que a cada dia, apresenta um panorama desfavorável para a classe trabalhadora”, declarou.





Pastoral da Terra: '2017 foi sangrento'

Balço divulgado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostra que 2017 começou e terminou sangrento no campo. De acordo com a entidade, "o contexto vivido pelos povos da terra, das águas e das florestas exigiu teimosia, resistência e questionamento sobre o papel do Estado, do modelo de desenvolvimento e das formas viciadas e **distorcidas de construção de poder**".

A sucessão de ataques a direitos conquistados historicamente pelo povo brasileiro, consolidou em 2017 um sombrio ciclo de retrocessos políticos, conduzidos pelo conjunto das forças mais elitistas e reacionárias do país. Tais retrocessos, conforme a análise da CPT, penalizaram principalmente as classes mais empobrecidas e a natureza, **"o que que representa a materialização do golpe parlamentar de direita que teve por motivação não apenas a destituição da presidenta eleita, mas a subtração de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do país com o fim de garantir pleno poder econômico e poder político aos principais operadores do sistema: bancos, indústrias, agronegócio, construtoras, latifundiários e a grande mídia"**. Tempo de terror

De acordo com dados parciais da Comissão, foram 65 pessoas assassinadas em conflitos no campo, em muitos casos com requintes de crueldade, índice que confere ao Brasil o título de país mais violento para as populações camponesas no mundo.

Nos anos anteriores, os homicídios eram caracterizados por seletividade nos alvos – assassinatos de lideranças, com a finalidade de intimidar os demais que ousassem lutar. Em 2017, porém, houve a generalização da violência no campo, com retomada da antiga prática de chacina como método perverso de aniquilar todos os focos de resistência no campo.

Exemplos são as chacinas de Colniza, no Mato Grosso, em abril, quando nove posseiros do assentamento Taquaruçu do Norte foram torturados e assassinados por pistoleiros a mando de madeireiros da região; a de Vilhena, em Rondônia, em maio, com três trabalhadores rurais mortos por lutar pela reforma agrária; o massacre em **Pau D'Arco, no Pará, também em maio, no qual dez camponeses foram assassinados por policiais militares e civis; e o de Lençóis,**

na Bahia, em julho, em que oito quilombolas foram assassinados na comunidade de Iúna.

Ataques violentos às comunidades do campo deixaram ainda pessoas gravemente feridas. É o caso do povo indígena Gamela, no Maranhão, que vítima de tentativa de extermínio por pistoleiros ligados a fazendeiros por causa de disputa territorial no município de Viana. Pelo menos 13 índios foram feridos, sendo um alvejado pelas costas e outro com as mãos decepadas. Para a CPT, são casos significativos da violência no campo praticada pelo poder privado e pelo próprio Estado brasileiro, com seu modelo de desenvolvimento.

Na avaliação da entidade, o aumento da violência no campo foi estimulada pelo controle político e jurídico exercido "pela elite permitido pelo advento do estado de exceção implementado pelo golpe parlamentar de direita". E que o agronegócio e o latifúndio aprofundam seu controle sobre o Estado e a captação de lucros e produção de violência. "Ironicamente, o discurso oficial que afirma ser o agronegócio um dos setores mais produtivos do país torna-se verdade se considerarmos toda a produção de ameaças, expulsões e mortes", diz o relatório. Viver sem direitos

À violência e perversidade no controle da terra e dos territórios, o relatório acrescenta mudanças na legislação, como a nova regularização fundiária, que alterou normas relativas à reforma agrária, especialmente a resolução que permite a venda de lotes após 10 anos da implantação do assentamento. Sem contar a redução progressiva do orçamento destinado ao setor e a demarcação de territórios tradicionais e o desmonte das políticas públicas destinadas às comunidades camponesas.

O balanço crítica ainda a redução dos recursos para a obtenção de terras em mais de 60% em relação a 2015, de 50% para a assistência técnica e extensão rural, os cortes no orçamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que chegou a ser inviabilizado em diversos estados devido à redução orçamentária da ordem de 66% de um ano para o outro.

As perspectivas são ainda mais sombrias para 2018, conforme a CPT, porque governo de Michel Temer reduziu em 35% os recursos para a agricultura camponesa e familiar, além de ter cortado mais de 56% dos recursos destinados à segurança alimentar e nutricional para o ano de 2018.

E também porque projetos de Lei articulados politicamente por Temer e a bancada ruralista pretendem garantir neste ano um novo golpe, desta vez atacando a soberania do povo brasileiro sobre seu próprio território. É o caso de um PL conduzido diretamente pela Casa Civil, que pretende permitir que estrangeiros possam comprar ou arrendar diretamente terras em território brasileiro. E o PL 827/2015, conhecido como Projeto de Lei de Proteção aos Cultivares, que institui a cobrança de royalties para uso de sementes.

"Considerando o aumento exponencial do cultivo de sementes híbridas e transgênicas produzidas por grandes corporações estrangeiras, que também controlam a produção de agrotóxicos, podemos entender os impactos integrados que essas medidas, se aprovadas, poderão provocar na produção de comida no Brasil", alerta o documento.

A CPT critica ainda os efeitos da reforma trabalhista sobre os trabalhadores do campo, com redução da remuneração, alteração das normas de saúde e segurança do trabalho, da organização sindical e dificuldade de acesso à Justiça do Trabalho.

E destaca o cercamento e a privatização das águas, de territórios pesqueiros por complexos de energia eólica e o envenenamento do solo pelos agrotóxicos, além da reconfiguração de territórios em razão de grandes obras. A entidade lista ainda crimes cometidos pelo Estado, que "seguiu religiosamente os preceitos anunciados pelo capital. Entre eles, que o desenvolvimento só é possível por meio do sacrifício e da espoliação da vida humana e do meio ambiente"

"Para os povos da Terra, das Águas e das Florestas, inimigos históricos desse modelo desenvolvimentista, o impacto foi ainda maior, já que a bancada ruralista foi uma das principais responsáveis pelo golpe de Estado", diz o balanço. "Em 2017, vimos intensificar a tendência observada nos últimos 10 anos ao consolidar as comunidades tradicionais e as famílias posseiras como as principais vítimas da violência e de crimes cometidos pelo latifúndio, pelo agronegócio, pela mineração e por grandes obras de infraestrutura – principais causadores de conflitos agrários no país."